

As Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública para uma articulação entre governo e comunidade na promoção do ensino artístico-cultural¹

Mariana Ribeiro PRADO²

Raquel CABRAL³

Resumo

Nos últimos anos, o conceito de arte-educação vem transformando substancialmente o ensino artístico-cultural no sistema educativo brasileiro, especialmente em relação à sensibilização para a formação da consciência crítica e prática da cidadania. Neste processo, as Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública se destacam no fomento às alianças entre governo e comunidade. Através de revisão bibliográfica e debate entre diversos autores, além da análise de importantes materiais, documentos oficiais e projetos brasileiros envolvendo arte, cultura e educação, o presente trabalho busca explicitar esta afirmação, tomando como fator propulsor, a transformação social em busca de uma cidadania plena.

Palavras-chave

Relações Públicas; Comunicação; Arte-educação, Cidadania.

Introdução

Através de uma discussão teórica bibliográfica busca-se demonstrar a importância da arte-educação na formação de indivíduos que, mediante o desenvolvimento de uma sensibilidade e consciência de mundo, experimentam uma nova dimensão da cidadania. Nesse contexto, cabe destacar o papel da comunicação, que por meio da Comunicação Pública e das Relações Públicas Comunitárias pode contribuir neste processo de transformação social.

Historicamente, a busca pela cidadania vem sendo objetivo da educação em todas as suas dimensões. Educar implica em um processo complexo de sensibilização e tomada de consciência em relação ao mundo que nos rodeia. Nesse sentido, Kunsch, M. (2007, p.63) defende que:

Em princípio, cidadania refere-se aos direitos e às obrigações nas relações entre Estado e cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados à justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas,

¹Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 9º. Semestre do Curso de Relações Públicas da FAAC-UNESP/Bauru; email: marianaribeiroprado@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Doutora do Curso de Relações Públicas da FAAC-UNESP/Bauru; email: raquelc@faac.unesp.br

respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação. Cidadania pressupõe, conforme um dos autores clássicos que primeiro realizaram estudos sobre o tema, Tomas H. Marshall (1967), conquistas e usos dos direitos civis (“liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e crença, o direito de propriedade e de firmar contratos válidos e o direito à justiça”), políticos (“como o do voto e do acesso ao cargo público”) e sociais (“que vão desde o direito de participar plenamente de herança social e de viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”).

Partindo dessa conceituação apresentada por Kunsch M. (2007), podemos dizer que cidadania é exercida a partir do momento em que o ser humano toma conhecimento de seus direitos e obrigações em relação ao Estado e à sociedade. É no sentido de sensibilizar o ser humano para a percepção crítica de sua realidade, deveres e obrigações, que o ensino-artístico cultural se faz necessário no processo de educação formal e informal. Esta afirmação é desenvolvida a partir do referencial teórico de autores, como Geertz (1989), Santos (1983) e Nos Aldás (2010) que defendem que as artes e a cultura sensibilizam o ser humano, e estimulam uma percepção crítica da realidade. Além desta revisão bibliográfica, também são apresentadas informações correspondentes às políticas atuais de educação e cultura no Brasil, com especial referência ao *Relatório 2013 Pesquisa-Ação: um plano articulado para Cultura e Educação*⁴, ao *Programa Mais Cultura na Educação*, ao Plano Nacional de Educação e também ao Plano Nacional de Cultura.

Com isso, buscamos demonstrar teoricamente um espaço importante para o desenvolvimento das Relações Públicas Comunitárias e da Comunicação Pública diante do contexto apresentado e partindo do pensamento de Kunsch, M. (2012) e Brandão (2006), em diálogo constante com os conceitos referidos no decorrer da pesquisa.

Discutindo cultura no âmbito educacional

O termo “cultura” já foi, e ainda é amplamente discutido em nossa sociedade, por diversos autores. Para os devidos fins do respectivo trabalho, vamos debater sobre a importância da cultura no âmbito educacional com base em dois autores que apresentam o conceito de cultura: Geertz (1989) com sua obra *A Interpretação das Culturas* e Santos (1983) com *O que é Cultura?*.

⁴BRASIL. Ministério da Cultura. Diretoria de Educação e Comunicação; Casa da Arte de Educar. **Relatório 2013 Pesquisa-Ação: um plano articulado para Cultura e Educação**. [S.I] [s.n] 2013^a. Disponível em <http://www.artedeeducar.org.br/wp-content/uploads/pesquisa_acao_RELATORIO_FINAL_web.pdf> Acessado em 20 de maio de 2014.

Geertz (1989) e Santos (1983) dialogam ao apresentar o conceito de cultura e sua dialética. Para Geertz (1989, p. 61): “sem homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativa, sem cultura não haveria homens”. Santos (1983, p. 8) complementa essa reflexão ao relacionar cultura não apenas com o homem, enquanto indivíduo, mas sim, do homem em sociedade, redimensionando a noção de cultura no âmbito da convivência social, conforme explica: “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”.

Em sua obra, Geertz (1989) se mostra mais preocupado em interpretar os significados das ações sociais do ser humano, do que em definir regras que ditem seu funcionamento e o definam de forma constante e/ou generalizada. Nesse sentido, o autor apresenta sua conceituação para cultura:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p. 15)

É preciso esclarecer que a cultura não é sólida ou estática, mas sim dinâmica. Além disso, se faz necessário destacar que a cultura é algo próprio de cada grupo, comunidade ou indivíduo, existindo assim, na sociedade, uma grande diversidade cultural. Não se trata apenas da diferença entre povos; a cultura apresenta variações em um mesmo grupo, em grupos diferentes, além de modificar-se a si própria com o passar do tempo.

Com o advento da globalização dos meios de transporte e comunicação, podemos afirmar que já não existem mais barreiras entre as diferentes sociedades. Hoje, as diversas culturas do globo terrestre podem e estão em contato constante, influenciando e sendo influenciadas. Esta reflexão cabe no sentido defendido por Santos (1983, p. 26):

O esforço de entender as culturas, de localizar traços e características que as distingam, pode acabar levando a que se pense a cultura como algo acabado, fechado, estagnado. Como já disse antes, as culturas humanas são dinâmicas. De fato, a principal vantagem de estudá-las é por contribuírem para o entendimento dos processos de transformação por que passam as sociedades contemporâneas.

Santos (1983, p. 49) explica que, na sociedade contemporânea, o termo cultura sofreu uma distorção, e grande parte das vezes é tratado como “resultado da separação de aspectos tratados como mais importantes na vida social”. Isso significa que diversas atividades que compõem a cultura humana, como a política, a educação, a comunicação, o esporte, a tecnologia, entre outras, são valorizadas socialmente e adquirem políticas

próprias. Por outro lado, outras atividades ligadas às artes, como a música, a dança e as artes plásticas – atividades que nem sempre são relevantes para a lógica do sistema produtivo – são postas em um grande conjunto generalizado, denominado “cultura”. A concepção denominada socialmente “cultura”, muitas vezes, não recebe a mesma atenção e preocupação que as demais concepções citadas. Esta visão generalizada e fragmentada de cultura faz com que a percepção em torno das expressões culturais seja igualmente fragmentada, adotando uma perspectiva superficial. As atividades que “compõem a cultura”, do ponto de vista de Santos (1983), perdem sua essência e integralidade com a cultura e passam a ser meramente individualizadas.

Em defesa de seu conceito de teia, Geertz (1989) explica a necessidade de interpretar a cultura de forma integral, como uma teia, e valoriza a importância das expressões artístico-culturais, que nos levam a compreender a complexidade da teia cultural em que estamos envolvidos.

Para tomar nossas decisões, precisamos saber como nos sentimos a respeito das coisas; para saber como nos sentimos a respeito das coisas precisamos de imagens públicas de sentimentos que apenas o ritual, o mito e a arte podem fornecer (GEERTZ, 1989, p.96).

Podemos afirmar, portanto, que é necessário estabelecer uma nova interpretação do conceito de cultura nas nossas sociedades atuais, especialmente em relação à sua complexidade e necessidade no estabelecimento de um indivíduo pleno, produtor da sua própria cultura. Ao entendermos essa complexidade é então possível compreender as diferenças culturais, conviver e entender o papel do ser humano enquanto criador e criatura da cultura.

É com este viés que o presente trabalho propõe que a cultura seja uma temática de relevância no âmbito educacional, pois apenas os indivíduos que conhecem sua própria cultura são capazes de desenvolver sua própria responsabilidade e consciência cidadã. Nesse sentido, o ensino da cultura e das artes nas escolas, como fator de sensibilização e articulação, é embasado no movimento de *arte-educação*. Segundo Duarte Junior (1986, 1986, p.14),

Arte-educação não significa o treino para alguém se tornar um artista, não significa a aprendizagem de uma técnica, num dado ramo das artes. Antes, quer significar uma educação que tenha a arte como uma das suas principais aliadas. Uma educação que permita uma maior sensibilidade para com o mundo em volta de cada um de nós. (DUARTE JUNIOR, 1986, p. 14)

Assim como apresentado anteriormente, e com embasamento teórico em Duarte Junior (1986), o presente trabalho defende que a inserção do conceito de arte-educação no ensino formal e informal do sistema educacional no Brasil possibilita que os indivíduos desenvolvam uma sensibilidade crítica, perceptiva e integral em relação ao mundo e sua realidade. Dessa maneira, a consciência e participação cidadã são estimuladas.

Nessa linha de pensamento e refletindo sobre o contexto da comunicação, Nos Aldás (2010) em seu artigo *Repensar e Reaprender a Comunicação para uma Cidadania Cosmopolita* reflete sobre o grande volume de informações com dinamicidade incalculável, ao qual o ser humano é submetido. A autora afirma que este processo ao invés de levar à reflexão, produz um efeito contrário levando ao desinteresse e à apatia, acentuando a indiferença em relação ao que se passa com o outro. Esse panorama é muito conhecido no contexto atual em diversos setores da sociedade, em especial, no âmbito da educação formal. O excesso de informação e a desconexão desse conhecimento com a realidade do educando tem acentuado o fenômeno da apatia em relação ao mundo e à própria realidade das novas gerações, fortalecendo o hiperindividualismo. Com isso, legitima-se uma sociedade apática e hiperindividualista, muito distante da concepção de cidadania.

Partindo dessa reflexão, desenvolver ferramentas que possibilitem a experiência da *empatia* (colocar-se no lugar do outro) e da aproximação aos problemas do mundo, fortalecendo um sentimento de coletividade em contrapartida ao individualismo, é um dos grandes desafios para educadores e comunicadores no cenário contemporâneo.

Desse modo, falar em cidadania implica, entre outras coisas, aproximar o indivíduo da realidade à sua volta, conectá-lo com os anseios, as problemáticas e as esperanças dos demais. Implica, ainda, em desenvolver mecanismos de empatia, do colocar-se no lugar do outro, experimentar suas vivências e pontos de vista. Ao mesmo tempo, também é encontrar canais de expressão que possam materializar suas próprias crenças, valores e expectativas e colocá-las em interação com os demais seres humanos. É nesse processo de interação que construímos nossas opiniões e fortalecemos ou desconstruímos nossos pré-conceitos. A arte-educação defende o ensino da arte no âmbito educacional com o objetivo de ampliar a visão de mundo do indivíduo. Através da arte, o ser humano amplia seus horizontes e se percebe como indivíduo e como coletividade humana. Trojan (1998) apud Araujo (2010, p.44), ressalta esta relação:

[...] a arte, com a riqueza de sua simbologia, “possibilita ao ser humano uma forma de suspensão da realidade, a partir da qual retorna ao dia-a-dia transformado e enriquecido, ou seja, com a sua compreensão da realidade

humana ampliada”. Isso “faz com que o indivíduo singular se identifique com a humanidade em geral” e possa se perceber, “particularmente mais humano, ao mesmo tempo em que compartilha esse significado e se sente parte da humanidade”.

É nesse sentido que falamos em transformação social a partir da própria cultura, das manifestações artístico-culturais, que nos permitem vivenciar essas práticas que nos aproximam do outro, revisam nossos valores e crenças sedimentados historicamente e nos permitem vislumbrar novas perspectivas de interação social e cidadania.

Nesse contexto, Nos Aldás (2010) defende a importância da comunicação na *sensibilização* sobre práticas sociais cidadãs. Nesse contexto, a autora estabelece um diálogo sistemático entre educação, comunicação e cultura, no sentido de estimular através das artes, da recuperação da memória histórica e dos ritos que sedimentam nossas culturas, a sensibilização em relação à realidade do mundo (macro) e à nossa realidade local (micro). Sensibilizar para educar se torna uma premissa para a efetividade de ações educativas, e em especial, em relação à cultura. A arte-educação dialoga diretamente com a proposta de Nos Aldás (2010), pois cumpre o papel de sensibilizar, que se converte em um passo anterior ao próprio processo de educar.

Partindo das reflexões levantadas, propomos uma breve análise sobre as atuais políticas contemporâneas de educação e cultura no Brasil em face do conceito de cultura apresentado e que é abordado pelo sistema educacional, refletindo sobre a importância do ensino e da prática artístico-cultural para o desenvolvimento de uma cidadania plena.

Políticas atuais em Educação e Cultura no Brasil

Em 2013, o Ministério da Cultura em parceria com a Casa da Arte de Educar⁵ publicou o *Relatório 2013 Pesquisa-Ação: um plano articulado para Cultura e Educação*, no qual apresenta o resultado dos dados reunidos na pesquisa-ação realizada no âmbito do Projeto “Um Plano Articulado para Cultura e Educação”. De acordo com Brasil (2013a, p.9), buscou-se através da pesquisa-ação “compreender as condições em que se encontram as práticas escolares no diálogo com práticas educativas realizadas por iniciativas culturais (artistas, pontos de cultura, museus, bibliotecas, ONGs, etc.) com o fim de contribuir para as políticas públicas da área de Cultura voltadas para a Educação”. A pesquisa-ação que

⁵Casa da Arte de Educar está localizada no Rio de Janeiro. Recebe o título de Utilidade Pública Federal e faz parte da Rede de Pontos de Cultura no Brasil. A organização desenvolve projetos nas áreas de Educação e Cultura para crianças, jovens e adultos. Tais projetos estão sendo replicados em muitos Estados brasileiros. Para mais informações: <http://www.artedeeducar.org.br/>

resultou no Relatório 2013 foi desenvolvida a partir de encontros de pesquisa realizados nas cinco regiões do país, com gestores, professores, artistas, educadores populares e estudantes. Além de trazer dados sobre como se encontra a educação no Brasil, o Relatório 2013 Pesquisa-Ação também apresenta algumas reflexões em torno do ensino artístico-cultural no sistema educacional brasileiro a fim de promovê-lo visando o desenvolvimento da prática cidadã. É possível observar que esta reflexão dialoga com o pensamento de Nos Aldás (2010) no sentido de reconhecer a importância do desenvolvimento da consciência crítica para a promoção de novas formas de participação cidadã. Assim, podemos entender que se trata de um material que traz o reconhecimento de uma realidade dinâmica e complexa no contexto brasileiro e que está aberto a novos modelos educativos que visam à transformação social.

Ainda sobre a articulação necessária entre cultura e educação e embasados por Nos Aldás (2010), discutimos sobre o início de um processo de transformação que promove o desenvolvimento de uma cidadania ativa, que parte do próprio indivíduo, mas que deve ser incentivado pelo sistema educativo. Sendo assim, segundo Brasil (2013a p. 04) observamos a preocupação por parte dos poderes públicos no sentido de destacar essa questão: “A estreita relação entre educação e cultura nos processos de formação da cidadania ressalta o caráter indispensável das ações de integração das manifestações intelectuais e artísticas nas práticas pedagógicas de ensino formal e informal”. Com isso, apesar de visualizarmos o interesse do Governo Federal Brasileiro neste assunto, sabemos que esta ainda não é a realidade na maioria das escolas do país. Planejamento e prática ainda não estão diretamente relacionados em se tratando das políticas públicas nacionais. Nesse sentido, Brasil (2013a p. 14) nos alerta sobre os problemas de acesso à educação e à cultura e sobre as consequências na formação de cidadania:

É necessário reconhecer que os problemas de acesso à educação e à cultura produzem impactos mútuos. Entre outros exemplos, as lacunas na formação artístico-cultural dos estudantes brasileiros deixam de construir grupos sociais atentos e críticos em relação às suas próprias identidades e ao que elas representam na disputa por participação política; isso sem falar dos efeitos dessa lacuna na produção e recepção das manifestações simbólicas.

A preocupação apresentada por Brasil (2013a) dialoga diretamente com as reflexões apresentadas, especialmente porque se problematiza a questão em torno da formação cultural no âmbito da educação formal e não-formal no nosso país. Essa perspectiva relacionada à formação artístico-cultural desenvolve e promove uma sensibilidade singular,

levando os cidadãos a construir sua própria autonomia e consciência de sua identidade e lugar no mundo. Esse é o papel da arte e cultura, conduzir à experiência de outras vivências que aproximam diferentes realidades e permitem compreender outros paradigmas e valores até então desconhecidos. Esta afirmação, antes apresentada como uma relação entre o pensamento de Nos Aldás e Geertz é abordada no Relatório 2013 Pesquisa-Ação.

Por trás do *Relatório 2013 Pesquisa-Ação: um plano articulado para Cultura e Educação*, existe uma política de parceria entre os Ministérios de Cultura e de Educação, que tem o objetivo comum de contribuir para o desenvolvimento social, investindo no desenvolvimento humano e na sensibilização cidadã. É a partir de um processo histórico de luta da sociedade civil organizada foram formulados os Planos Nacionais de Desenvolvimento, conhecidos como Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Cultura. Os Planos Nacionais constituem “um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas públicas” (BRASIL, 2014d).

Partindo de uma perspectiva crítica, observa-se que o Plano Nacional de Educação tem como meta principal apenas aumentar os índices educacionais de alfabetização de adultos, inclusão de minorias e melhora no rendimento escolar de crianças e jovens no Brasil, elevando-se assim no ranking internacional. De fato, uma grande contradição em face de toda reflexão também partilhada e difundida no âmbito das políticas públicas em educação e cultura. Porém, existem metas que buscam a elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino em vista da diversificação de conteúdos curriculares, o que realmente aponta uma preocupação em termos de conteúdos e em diretrizes que permitam que essas políticas sejam, de fato, implementadas no sistema educacional nacional.

Por outro lado, o Plano Nacional de Cultura, que foi criado e amplamente divulgado a partir da participação da sociedade civil organizada por meio de fóruns, seminários e consultas públicas que aconteceram em âmbito municipal, estadual e federal, apresenta diretrizes mais sólidas no sentido da transformação social e não apenas estatísticas. Nele, foram desenhadas cinquenta e três metas que se baseiam em três dimensões de cultura que se complementam: a cultura como expressão simbólica, como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que 15% dessas metas estão voltadas para a educação.

Para ambos os Planos Nacionais foram criados mecanismos de monitoramento que possibilitam a participação cidadã durante todo o tempo de execução. Como se observa, ao menos em termos de políticas públicas no Brasil, há uma preocupação real com relação à articulação entre educação e cultura no sentido de fortalecer o ensino de artes no âmbito da educação formal. Porém, sabemos que ainda há um grande desafio, não somente no âmbito da implementação efetiva de políticas públicas, como na sensibilização de profissionais, agentes e cidadãos de diversos setores da sociedade no reconhecimento da importância da formação artístico-cultural no âmbito da formação plena e integral do indivíduo.

No entanto, é importante reconhecer que cabe a todos nós buscarmos alternativas criativas e efetivas para implementar ações que colaborem e incentivem o ensino artístico-cultural no âmbito da educação formal e também não-formal, contribuindo assim, para o desenvolvimento social e para transformação cidadã. Nesse sentido, podemos reconhecer que as Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública se destacam nesse cenário, especialmente em relação à promoção da aliança entre comunidade e governo, atuando como facilitadoras do processo de inserção da arte-educação no âmbito educacional formal e informal nos municípios do Brasil.

As Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública na articulação entre governo e comunidade para a promoção do ensino artístico-cultural

A partir do contexto apresentado sobre a importância da inserção dos princípios da arte-educação no sistema educacional para o desenvolvimento cidadão, é possível ver caminhos para que as Relações Públicas Comunitárias contribuam como facilitadoras do processo de transformação social proposto. Para que possamos estudar a contribuição das Relações Públicas no processo de articulação para a promoção do ensino artístico-cultural na educação formal e informal, faz-se necessário contextualizar o processo histórico, o conceito e as práticas das Relações Públicas Comunitárias. Desse modo, veremos de que maneira é possível articular governo e comunidade em prol da promoção do ensino artístico-cultural para o desenvolvimento de participação e consciência cidadã partindo do âmbito comunitário.

Na década de 1980 florescia na sociedade civil a necessidade de se comunicar e de tornar efetiva a participação social no processo político democrático. Sobre este período, Kunsch, W. (2007, p. 110) afirma que:

Os indivíduos tornavam-se mais conscientes de seus direitos e deveres no processo de edificação de uma sociedade mais justa. E as organizações,

por sua vez, começavam a se sentir incentivadas a exercer novos papéis na construção da cidadania, passando a se preocupar de forma crescente com programas sociais.

Foi neste contexto histórico que as Relações Públicas Comunitárias se manifestaram pela primeira vez com esta denominação. Kunsch, M. (2012) defende, como conceituação das Relações Públicas Comunitárias, que as mesmas são inerentes à comunidade, construídas a partir de projetos realizados na comunidade, com a comunidade, e voltadas para os interesses da mesma. Assim, os trabalhos podem ser desenvolvidos tanto por integrantes do grupo que desempenham o papel de profissional orgânico, quanto por profissionais que passam a integrar a comunidade interessada.

Como podemos observar, não é possível praticar Relações Públicas Comunitárias sem se conhecer a comunidade, sua realidade e sem estar inserido nela. Este é um processo realizado de dentro para fora, que parte de dentro da comunidade, para que tanto o relacionamento interno quanto externo aconteça de forma eficaz. Dessa forma, contribui para que as diversas formas de expressão de uma comunidade sejam percebidas pelos seus diversos públicos. Com isso, o trabalho das Relações Públicas Comunitárias acontece *com* a comunidade e não *para* ela.

Nesse sentido, as Relações Públicas Comunitárias colocam o ser humano como sujeito da ação e não apenas como um reflexo da alienação a qual está exposto. Esse novo enfoque das Relações Públicas atua *na* e *para* a transformação do ser humano, desenvolvendo sua consciência crítica e dando oportunidade para que se expresse.

Partindo dessa reflexão e dos princípios da arte-educação na educação formal e informal visando o desenvolvimento de consciência cidadã, é possível afirmar que as Relações Públicas Comunitárias podem aparecer como facilitadoras do processo. Como vimos, ao serem abordadas as políticas de educação e cultura no Brasil, foram apresentados diversos exemplos de processos que fazem parte do cenário do âmbito de atividades das mesmas. A pesquisa-ação, utilizada como fornecedora de dados para o Relatório 2013 (BRASIL, 2013a) é fruto de um trabalho de comunicação planejado, onde foram utilizadas diversas técnicas de Relações Públicas. A partir do Relatório analisado, podemos observar o processo de desenvolvimento da pesquisa-ação, que foi composto de: abrangência, metodologia de pesquisa, contextos e debates (desenvolvimento), resultados da pesquisa e considerações finais.

A pesquisa-ação apresentada serviu de base para o debate em torno da importância do ensino artístico-cultural no contexto educacional brasileiro. Ela foi desenvolvida pelo

Ministério da Cultura e pela Casa da Arte de Educar, uma iniciativa governamental, em parceria com uma iniciativa comunitária. Além deste exemplo, existem outras formas de relacionamento e parceria entre governo e comunidade na busca de benefícios à sociedade, que podem ser concretizados a partir de um projeto de Relações Públicas Comunitárias em parceria com o poder público, o que pressupõe atividades de Comunicação Pública.

A Comunicação Pública vem sendo amplamente discutida no âmbito acadêmico e os autores apresentam diversas interpretações para sua conceituação. De acordo com Brandão (2006), a Comunicação Pública pode ser entendida como: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação do Estado e/ou governamental, comunicação política e como estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. No entanto, para os devidos fins metodológicos deste trabalho, Comunicação Pública será entendida como estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, já que pretendemos demonstrar como em conjunto com as Relações Públicas podem contribuir para o relacionamento e articulação entre governo e comunidade.

Nesse sentido, Brandão (2006) apresenta que esta interpretação da Comunicação Pública também pode ser entendida como Comunicação Comunitária. Para Brandão (2006) a Comunicação Pública como estratégia de comunicação da sociedade civil organizada surgiu num contexto de mudanças políticas, onde as comunidades, membros do Terceiro Setor e de movimentos populares passaram a pensar e colocar em prática estratégias de comunicação para o relacionamento entre Estado, comunidade e os mais diversos públicos. Por outra parte, Brandão (2006, p.8) também aponta que: “nesta acepção, entende-se a prática da comunicação a partir da consciência de que as responsabilidades públicas não são exclusivamente dos governos, mas de toda a sociedade”. Com isso, a autora (2006, p.9) também indica como a Comunicação Pública entendida como Comunicação Comunitária se difere da comunicação mercadológica:

Este é um campo onde prevalecem as práticas comunitárias e provavelmente o lugar onde se alcançou a interdisciplinaridade dificilmente conseguida nos estudos ou na prática da comunicação no mercado. A partir desta perspectiva, o termo comunicação pública refere-se a uma prática realmente democrática e social da comunicação, sem compromissos com a indústria midiática e entrelaçada com o cotidiano das populações e suas práticas políticas (no sentido lato do termo). Este reposicionamento de posturas e propostas leva a Comunicação Pública a assumir reivindicações e posições políticas bastante diversas daquelas defendidas historicamente pela área de Políticas de Comunicação.

Conforme apresentado, a Comunicação Comunitária contribui para a construção do espaço público a partir de uma perspectiva popular e um olhar cidadão. A partir das reflexões apresentadas sobre Comunicação Pública podemos afirmar que esta, segundo a visão teórica de Brandão (2006), também contribui para a transformação social através da articulação entre governo e sociedade civil. Como observamos, a Comunicação Pública bem como as Relações Públicas Comunitárias podem contribuir para o desenvolvimento e realização de processos de consulta popular, projetos comunitários, pesquisas de opinião pública e estudos, como o Relatório 2013 *Pesquisa-Ação: um plano articulado para Cultura e Educação*, bem como com a realização dos Planos Nacionais de Cultura e Educação. As Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública contribuem para a articulação entre sociedade civil e Estado, levando em consideração o equilíbrio de interesses e o desenvolvimento social.

Cabe ressaltar que o relacionamento entre o governo e a comunidade também se dá no âmbito micro do relacionamento, ou seja, em comunidades específicas, na cidade, ou em determinada região do Estado. Conforme observamos no Relatório 2013 (Brasil, 2013, p. 15-16) a pesquisa-ação realizada teve abrangência no âmbito municipal. Foram escolhidos cinco municípios capazes de representar as cinco regiões brasileiras: Porto Velho (RO) – Norte, Recife (PE) – Nordeste, Campo Grande (MS) – Centro-Oeste, Rio de Janeiro (RJ) – Sudeste e Porto Alegre (RS) – Sul. Os atores da pesquisa surgiram a partir de reuniões de mobilização, que definiram a formação de uma rede composta por gestores estaduais e municipais, representantes de lideranças comunitárias, dentre outros atores do setor público e sociedade civil de municípios que representavam as cinco regiões do país.

Outro exemplo de relacionamento entre governo e comunidade que busca fomentar o ensino artístico-cultural no país é o *Programa Mais Cultura nas Escolas*, uma parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC). Este programa permite que escolas públicas, contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, inscrevam projetos com o objetivo de aproximar práticas artísticas e culturais do fazer pedagógico das escolas. O projeto deve ser elaborado através de uma parceria entre a escola pública e artistas e/ou entidades culturais e propor um Plano de Atividade Cultural que contemple os requisitos do Programa Mais Cultura nas Escolas, entre eles, os nove eixos temáticos: residência de artistas para pesquisa e experimentação nas escolas; criação, circulação e difusão da produção artística; promoção cultural e

pedagógica em espaços culturais; cultura digital e comunicação; cultura afro-brasileira; culturas indígenas; tradição oral e educação museal.

De acordo com o portal Ministério da Cultura, “mais de 1.649 Projetos de Atividades Culturais foram selecionados pelo Ministério da Cultura para serem desenvolvidos nas cinco mil escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio habilitadas para participarem do Programa Mais Cultura nas Escolas”. O investimento feito a partir da parceria entre os Ministérios é de R\$100 milhões na primeira etapa. A partir da divulgação da lista de projetos selecionados, foi possível constatar que a cidade de Bauru, no interior de São Paulo, e onde o presente trabalho está sendo desenvolvido, teve a escola EMEF Prof. Geraldo Arone contemplada pelo Programa Mais Cultura nas Escolas.

Através desses exemplos, podemos perceber que comunidade e governo se relacionam com grande frequência para desenvolver projetos e políticas públicas que visam à transformação social. Nesse contexto, a Comunicação Pública e as Relações Públicas Comunitárias são importantes facilitadoras desse processo, já que articulam o diálogo e gerenciam o relacionamento.

Como é possível observar, neste trabalho buscamos demonstrar como o relacionamento entre governo e comunidade contribui para que o ensino da arte-educação seja incentivado efetivamente na educação formal e informal. Este relacionamento se dá a partir do momento que a sociedade civil se organiza e se articula em busca dos interesses cidadãos. Esta transformação pode ser percebida, no contexto contemporâneo brasileiro, através da participação da sociedade civil organizada e de indivíduos exercendo seus papéis de cidadãos nas mais variadas instâncias e projetos governamentais.

Na prática profissional, as Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública podem atuar diretamente nas comunidades, no governo e também em instituições que se relacionam com ambos. Sempre buscando cumprir com o seu papel de contribuir para a formação cidadã da sociedade, a prática das Relações Públicas colabora também para que o cenário da democratização seja propício, tanto no âmbito governamental e político quanto no âmbito comunitário (PERUZZO, 2004).

Considerações finais

Através do estudo teórico-bibliográfico e análise dos materiais, documentos oficiais e projetos nacionais que envolvem arte, cultura e educação, buscamos demonstrar a importância do ensino da arte-educação no âmbito da educação formal e informal para o

desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão, além de demonstrar caminhos para que as Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública se desenvolvam como facilitadoras desse processo de articulação.

Percebemos que a sensibilização em relação aos princípios da sua própria cultura, sua identidade e percepção crítica da realidade são fundamentais para que o ser humano se encontre como ser sociável e busque compreender o mundo de forma crítica, desenvolvendo sua cidadania integral e participativa.

Também foi possível notar que o relacionamento entre governo e comunidade é de extrema importância para que políticas públicas para o ensino de arte-educação sejam efetivas. Destacamos que as Relações Públicas Comunitárias e que a Comunicação Pública destacam-se como facilitadoras e articuladoras do processo de relacionamento entre governo e comunidade, já que ambas buscam uma comunicação equilibrada e uma intervenção efetiva em relação ao desenvolvimento e promoção de ações cidadãs. As Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública podem atuar na esfera micro em toda extensão do relacionamento entre sociedade civil e governos em todas suas instâncias.

As Relações Públicas Comunitárias e a Comunicação Pública existem com o intuito de articular o relacionamento entre governo e comunidade. Como é possível reconhecer, através do olhar proposto por este trabalho podemos afirmar que o ensino de arte-educação, aplicado a partir da articulação entre governo e comunidade contribui com o desenvolvimento de uma sociedade consciente de sua identidade e sensível à sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T.C.B. **A Importância da Arte-Educação na Educação Infantil**. Rio Claro: [s.n.], 2010

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. In: Atas do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>> Acesso em 11 ago. 2012.

BRASIL, Ministério da Cultura. Diretoria de Educação e Comunicação; Casa da Arte de Educar. **Relatório 2013 Pesquisa-Ação: um plano articulado para Cultura e Educação**. [S.I] [s.n] 2013a. Disponível em <http://www.artedeeducar.org.br/wp-content/uploads/pesquisa_acao_RELATORIO_FINAL_web.pdf> Acessado em 20 mai. 2014.

_____, Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Manual Programa Mais Cultura nas Escolas**. [S.I][s.n], 2013b. Disponível em <<http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/manualMaisCultura.pdf>> Acessado em 18 jul. 2014.

_____, Governo Federal. **Plano Nacional de Cultura reflete anseios de todo País, diz monitoramento.** Portal Brasil, 2014a. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/01/plano-nacional-de-cultura-reflete-anseios-de-todo-pais-diz-monitoramento>> Acesso em 22 Mai. 2014.

_____, Ministério da Cultura. **Mais Cultura nas Escolas.** [S.I][s.n], 2014b. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3x1R9iTn/content/mais-cultura-nas-escol-1/10883> Acessado em 18 jul. 2014.

_____, Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Planos de Atividades Seleccionados.** [S.I][s.n], 2014c. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/documents/10877/672892/Planos+de+Atividades+Seleccionados+-+Final+07+05+2014/1296c1f6-7214-4383-8742-c508a40af717>> Acessado em 18 jul. 2014.

_____, Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultural (PNC).** [S.I][s.n], 2014d. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc-> > Acessado em 20 mai. 2014.

CAMARGOS, M. L. O Comunicador Público: entre o mar e o rochedo. In: OLIVEIRA, M. J. da C. (Org.). **Comunicação Pública.** Campinas: Ed. Alínea, 2004. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania).

DUARTE JÚNIOR, J. F. **Por que arte-educação?** Campinas: Papirus, 1986.

FERNANDES, C. S. **As contribuições de Jacob Burckhardt ao Manual de História da Arte de Franz Kugler (1848).** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 99 – 124 – 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n49/a06v2549.pdf> - acesso em 18/06/2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KUNSCH, M.M.K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. MATOS, H. (Org.). **Comunicação Pública:** interlocução, interlocutores e perspectivas. 21.ed. São Paulo: ECA, 2012.

_____. Sociedade civil, multicidadania e comunicação social. In: KUNSCH, M.M.K.; KUNSCH, W.L.K (Orgs.). **Relações Públicas Comunitárias:** A Comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

KUNSCH, W. L. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, M.M.K; KUNSCH, W.L. (Orgs.). **Relações Públicas Comunitárias:** A Comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

NOS ALDÁS, E. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita. In: JALAL, V. R. R. (Org.). **Estudos para a Paz.** Aracajú: Editora Criação, 2010. Pg. 113 – 128.

PERUZZO, C. M. K. Direito à Comunicação Comunitária, participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, M. J. da C. (Org.). **Comunicação Pública.** Campinas: Ed. Alínea, 2004. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania).